

Está convocada a Constituinte de 87

O presidente Sarney assinou ontem, numa festa no Palácio, a mensagem ao Congresso convocando a Assembléia que fará a nova Carta Política.

O presidente José Sarney enviou ontem ao Congresso a mensagem convocando a Assembléia Nacional Constituinte, a se reunir unicameralmente em 31 de janeiro de 1987. Será instalada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, que dirigirá a eleição do presidente da Assembléia. O projeto de Constituição, nos termos da proposta com apenas três artigos, será promulgado na primeira sessão legislativa da 48ª Legislatura, depois de aprovado em dois turnos de discussão e votação. Na mensagem o chefe do governo manifestou "a mais profunda confiança no discernimento e na vocação do povo brasileiro para organizar-se pacificamente em regime de liberdade e justiça".

Sarney ressaltou o cumprimento de mais um compromisso assumido pela Aliança Democrática e classificou a convocação da Constituinte como "um ato de fé, porque todos os anseios e temores do futuro repousam, afinal, na confiança que cada cidadão deposita nos sentimentos de seus irmãos de procurar juntos uma lei fundamental, que a todos proporcione os benefícios necessários à vida digna, vivida em paz e liberdade".

Alertou o chefe do governo, entretanto, que até a vigência da nova Constituição, "e sob pena de instalar-se o caos normativo, que a ninguém aproveitaria, é necessário respeitar a lei que temos e modificá-la segundo os processos por ela próprios admitidos, para que a vontade de alguns não seja erigida em mandamento supremo de todos".

A mensagem presidencial foi assinada com grande solenidade no Salão Leste do Palácio do Planalto, presentes todos os ministros de Estado, parlamentares, líderes de todos os partidos, à exceção do PDS, e vários políticos remanescentes da Constituinte de 1946, entre eles o deputado Manoel Novais, de 82 anos, que participou também da

Constituinte de 1933. "Será minha terceira Constituinte" — comentava o parlamentar João Agripino, outro companheiro de 46. Houve solenidade também na rampa de acesso ao palácio, com soldados do Batalhão da Guarda Presidencial em uniforme de gala. Entre os parlamentares, como já se tornou hábito, colocou-se discretamente do lado de Sarney, esposa do presidente da República.

O presidente Sarney discursou e classificou a reunião para assinatura da mensagem como "um ato de grandeza nacional. A primeira das nossas crises" — acrescentou o presidente — "está no desajuste entre a ordem jurídica e a realidade política e social, e não há leis que possam sobrepor-se à vontade dos cidadãos, por mais que se subordinem à sabedoria e à ética. As leis que pretendam, pela força do Estado, disciplinar e elevar a cidadania produzem resultados inteiramente opostos" — observou ainda Sarney. Acrescentou que "as virtudes que se decretam mudam-se em vilania e só o terror pode manter de pé tais sistemas insensatos".

"Os nossos problemas são graves demais para que nos permitamos o desfrute do capricho da intolerância, o equívoco do radicalismo e a arrogância da soberba" — frisou o chefe do governo. Lendo seu pronunciamento com entusiasmo e gesticulando, às vezes, com as duas mãos para a frente, afirmou que "vivemos em tempo de mudança, e os homens, ao transformarem a natureza, transformaram-se também, reclamando novas normas de convívio social. Quando há perigo iminente para a sobrevivência dos povos reunidos em Estado, cabe à inteligência política encontrar, e com decisão, a resposta certa". Ao concluir, disse que não perderá "nunca o senso grave do dever", acrescentando que "as dificuldades não serão maiores do que a minha determinação, e com a luci-



José Fragelli, Ulysses e Sarney na solenidade de assinatura da mensagem da Constituinte: "confiança no povo".

dez dos homens públicos e a sabedoria da Nação levaremos este País ao seu grande destino democrático".

A festa

O Salão Leste foi especialmente preparado para a solenidade e a tradicional ordem de colocação das autoridades foi invertida. Havia mais espaço para a imprensa, para permitir o trabalho das câmeras de televisão. Sarney postou-se atrás da pequena tribuna com as Armas da República, tendo atrás os presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães, do Senado, José Fragelli, e do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves. Ao lado direito, todos os ministros de Estado, e à esquerda os constituintes de 46, misturados aos parlamentares de todos os partidos presentes.

Do PDS estavam apenas os senadores Odacir Soares e Luiz Viana Filho, que disse ter compareci-

do na qualidade de constituinte de 46 e por ser o ato da maior importância, "ao qual nenhum político pode deixar de dar seu apoio". Frisou que não é da liderança nem da Executiva Nacional do partido, portanto não se sentia obrigado a seguir a orientação do PDS. "Mas o partido sabe" — conforme acrescentou — "que a Constituinte é um ato da maior importância para a vida política, econômica e social, e saberá colaborar para que a nova Carta esteja de acordo com os desejos e as necessidades do País." O ministro Antônio Carlos Magalhães disse que a decisão da direção partidária foi "autoritária e o País vive fase de democracia", frisando que seu grupo é majoritário dentro do PDS e por isso não segue a orientação oficial.

O chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castello Branco, fez, com voz pausada, a leitura da mensagem presidencial ao Congresso. Os

constituintes de 46 pouco a pouco se juntavam para trocar impressões, alguns não se recordando mais dos outros, como João Amazonas e Antenor Borges (ex-UDN-MA).

Após o discurso, o presidente Sarney cumprimentou a todos os parlamentares presentes, recebendo envelopes do senador Roberto Saturnino e do deputado Djalma Bom, com as primeiras sugestões da Constituinte. Sarney passou os envelopes para o ajudante de ordens e depois foi conversar com os ministros, demorando-se vários minutos em conversa amena, demonstrando descontração. Foram servidos refrigerantes e biscoitos salgados.

Os constituintes de 46 lembravam que na época não houve uma comissão preparatória da Constituinte, como acontecerá agora.

Liberdade

O ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, destacou a importância da Constituinte para a reorganização da sociedade civil em bases democráticas e de acordo com a evolução social, política e econômica. Defendeu a participação de todos os partidos e outros setores da sociedade nos debates.

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, condenou as teses do PT e do PDT para antecipação da Constituinte e das eleições diretas para a Presidência. Mas frisou que cada partido pode defender suas ideias. Para Lyra, a alternativa adotada por Sarney é a mais compatível com a realidade e o processo político brasileiro.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Moreira Alves, não quis fazer comentários sobre a Constituinte, ressaltando sua condição de magistrado, "que não deve opinar sobre temas políticos".

A Constituinte de 46

Os constituintes de 46 forma-

ram um grupo bastante procurado pelos atuais parlamentares. Entre os que ainda detêm mandato, o deputado João Agripino lembrou que "a Constituição de 46 pecou pelo excesso de liberalidade, transformando-se com o tempo quase numa república do Legislativo contra o Executivo ditatorial dos anos precedentes. Os parlamentares dificultavam a aprovação de projetos, sobrepunham interesses políticos aos administrativos e acabaram provocando novo conflito entre os poderes".

O ministro Aluísio Alves também considerou a Constituinte de 46 muito liberal, "o que era compreensível, pois objetivava acabar com o Estado autoritário de Getúlio Vargas. Mas isso acabou permitindo a arregimentação de novas forças contra a democracia" — acentuou — "e o resultado é que elas voltariam a pressionar através dos militares, em 64. Espero que a Constituição de 87 seja um documento objetivo e os casos marginais sejam regulamentados por leis complementares, para evitar o que aconteceu anteriormente".

Os ex-deputados Epilogo de Campos e Martins Filho e o Deputado Benjamin Farah concordaram também sobre o excesso de liberalismo da Constituição de 46, lembrando que ela correspondeu aos interesses da época, em contraposição à ditadura anterior e às correntes políticas liberais que se espalhavam pelo mundo depois da Segunda Guerra.

Para João Amazonas, do PC do B, a Constituinte de agora é um avanço em relação à de 46, porque funcionará como Congresso e Constituinte ao mesmo tempo. Benjamin Farah mostrou a seus companheiros de 46 um diário do Congresso, em formato reduzido, com os nomes de todos os constituintes e o período de funcionamento: de 1º de fevereiro a 28 de setembro de 1946.

O PMDB e Sarney se confessam culpados. E prometem se apoiar mais.

O presidente José Sarney deu, ontem, o passo definitivo para garantir seu respaldo parlamentar, ao almoçar, no Palácio da Alvorada, com o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, e 22 vice-líderes do Partido. No encontro, o líder do PMDB afirmou que "um esforço de aproximação entre Executivo e Legislativo", o presidente esteve à vontade para reconhecer suas falhas nos primeiros dias de governo e admitir que não vendendo ao partido o tratamento merecido.

Sarney endossou as críticas dos pemedebistas à maneira "apressada e inconsequente" como foram anunciadas as principais medidas de sua estratégia na presidência. São elas, na sua concepção, a reforma agrária, a reformulação da Lei de Greve e a fixação dos novos reajustes das prestações do BNH, divulgadas sem a necessária avaliação de como seriam interpretadas pela sociedade.

Também o Ministério da Nova República foi citado na autocrítica do presidente, quando ele se comprometeu a interceder para facilitar o entrosamento dos parlamentares com os titulares de todas as Pastas. A questão posta a este respeito, pelo líder Pimenta da Veiga, foi a de que o atual relacionamento entre congressistas e ministros "deixa a desejar". Sarney juntou-se à unanimidade de seus convidados quando endossou a necessidade de trazer à público dados detalhados do caos administrativo e financeiro deixado pelo governo anterior. Ainda este semana, ele voltará a cobrar de seus ministros a análise de como encontraram a Pasta. Colhidas todas as informações, serão divulgadas em âmbito nacional — resta decidir se através de pronunciamentos no Congresso Nacional ou pelo próprio presidente, por cadeia de rádio e televisão.

Para melhorar o relacionamento com os partidos que o apoiam Sarney poderá criar novo Ministério Extraordinário Para Assuntos Parlamentares, como admitiu Pimenta da Veiga. O parlamentar informou que na conversa, o chefe do governo demonstrou, claramente, seu propósito de indicar "uma pessoa credenciada, a nível ministerial, para ser o canal de comunicação entre o Executivo e o Legislativo".

Esse elemento teria a incumbência de manter o PMDB e o PFL

informados a tempo e a hora e teria, necessariamente, livre acesso a todo o governo e a todos os ministros, para prestar à Aliança Democrática a informação que se torne necessária.

No mea culpa perante o PMDB, Sarney foi "comovente" — de acordo com um parlamentar ao admitir que não vinha dando ao partido a merecida atenção. Daqui para a frente, ele prometeu maior entendimento com seus integrantes e o devido reconhecimento, por se tratar do maior partido da Aliança Democrática. "É neste partido que eu me respaldar. É justo, portanto, fazer por onde ele tenha todo o respaldo popular", justificou o presidente.

Convidados

Da parte dos convidados prevaleceu igualmente a auto crítica, com o reconhecimento de que ainda não se sentiam na "pele" de um partido do governo. Segundo Ayrton Soares (SP), a bancada garantiu suporte a todas as reformas pretendidas pelo presidente. Valmor Giavarina (PR) pediu ao presidente que agilize as nomeações no terceiro escalão e se queixou do "excesso de representantes da Velha República" em cargos importantes. Na abordagem da situação econômica, os parlamentares apoiaram as medidas divulgadas ontem, antecipadas ao almoço, comprometendo-se a defendê-las de "mal-entendidos".

O deputado Israel Dias Novais (SP) pediu providências contra o "excesso de lobby" nas nomeações da Indústria de Material Bélico (Imbel). A pedido do presidente, ele encaminhará ao Palácio do Planalto, na próxima semana, um dossiê relatando "abusos" na nomeação de Jorge Bittar na direção da empresa.

Conforme depoimento da deputada Cristina Tavares, o presidente da República garantiu que não haverá recuos no projeto da reforma agrária e lembrou que este era um dos maiores compromissos assumidos pelo falecido presidente Tancredo Neves, que chegou a pedir o apoio do papa João Paulo II para ela durante a sua viagem à Itália em janeiro passado.

"O presidente saiu do almoço sabendo que tem nosso apoio, mas também de que terá nossa crítica se hesitar nas mudanças prometidas" — disse Ayrton Soares, sintetizando o encontro.

Uma proposta: diretas em 86. Outra: Sarney até 1990.

Enquanto o vice-líder do PDS na Câmara, deputado Rubens Ardenghi (RS), anunciou ontem em Porto Alegre estar coletando assinaturas para um projeto seu de emenda constitucional, marcando para 15 de novembro de 1985 as eleições diretas para presidente da República — reduzindo de seis para dois anos o mandato do presidente José Sarney —, em Brasília o ministro-chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castello Branco, informou ter detectado a formação de uma corrente "bastante considerável, no Congresso, envolvendo deputados e senadores de vários partidos", em defesa da manutenção do mandato de seis anos para Sarney.

"Esse grupo é bem mais numeroso do que o do PT — que deseja reduzir o mandato presidencial para dois anos — e do PDT, defensor de eleições diretas para a Presidência no próximo ano" — disse Castello Branco.

Segundo o ministro, entretanto, esse movimento não sensibiliza o chefe do governo nem seus auxiliares diretos (o ministro Marco Maciel, da Educação, também se

manifestou contra): "O presidente José Sarney já externou publicamente, várias vezes, sua opção pelo mandato de quatro anos" — disse Castello, explicando não saber precisar de onde teria partido o movimento visando a manutenção do mandato de seis anos. Frisou também que o mandato será fixado pela Constituinte.

Já o deputado Rubens Ardenghi lembrou que o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, e o próprio deputado Dante de Oliveira, autor da emenda das diretas já, não quiseram assinar seu projeto de redução do mandato, alegando que ele levaria à desestabilização do governo. Para Ardenghi isso não ocorreria, no entanto, pois "estamos vivendo um intenso processo de democratização do País e apenas para alguns a queda de prestígio do governo é ameaça de golpe". De qualquer forma, Ardenghi disse que esperará "o momento oportuno" para apresentar seu projeto, embora no PDS haja setores que defendam a apresentação já. Sua ideia "é aguardar um desgaste maior do governo, que enfraqueça as resistências à proposta".



O ministro Castello Branco entrega o projeto a Fragelli.

Não há críticas no Congresso: todos se preparam para a Constituinte.

O presidente do Senado, José Fragelli, disse ontem ao receber a mensagem da Constituinte das mãos do ministro José Hugo Castello Branco, do Gabinete Civil, esperar que a nova Constituição seja um documento político e social justo e duradouro, que não venha a sofrer os problemas de outras Constituições que foram alteradas em momentos difíceis para o País. O líder do PDS na Câmara, Prisco Viana, por sua vez, disse que o fato de o PDS não ter aceito o convite para comparecer à cerimônia realizada no Planalto não significa que tenha tomado posição contra a convocação da Constituinte. "Apenas não quisemos participar da festa do governo" — explicou — "mas o PDS estará pronto para contribuir com seus votos para o quorum necessário à sua convocação".

Em solenidade realizada no gabinete do presidente do Senado, com a presença de líderes e parlamentares dos demais partidos, o ministro José Hugo destacou que aquele era um momento histórico e lembrou a importância que Tancredo Neves atribuiu à reconstitucionalização do País em bases democráticas. Lembrou, ainda, que a competência do Congresso e a visão política dos parlamentares da Aliança Democrática são a melhor garantia de que esta expectativa se converterá em realidade.

O senador José Fragelli informou que a leitura da mensagem presidencial deverá ser feita na primeira quinzena de agosto. Destacou que se houver um acordo de lideranças para que a mensagem tenha precedência dentro as demais do Executivo que aguardam o início de tramitação, ela será lida imediatamente, mas disse que, a seu ver, esta pressa não se justificaria, pois o que importa neste momento é a qualidade do trabalho a ser feito e não a sua velocidade.

O líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, por seu termo, ponderou que deveria haver um colegiado para dirigir a Constituinte, na feitura de seu regimento, não se limitando esta direção ao presidente do Supremo Tribunal Federal, e previu que este tema poderá gerar acentuadas controvérsias.

Já o líder do PDS anunciou que seu partido vai criar dois grupos de trabalho: um para estudar a emenda José Sarney, relativa ao ato convocatório, outro grupo terá como encargo elaborar roteiro de debates que o PDS vai promover sobre o projeto da nova Constituição.

"O tutor será o povo"

Na opinião do ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes, o projeto da Constituinte "é o marco do pacto de entendimento de toda a sociedade, e um passo na retomada da plenitude democrática — um compromisso assumido pela revolução de 1964", lembrou.

Para o assessor especial do presidente Sarney para assuntos jurídicos, o ex-deputado Célio Borja, o único tutor dos trabalhos dos constituintes a serem eleitos em 1986 será o povo brasileiro. "No projeto está implícito que a Constituinte é livre e soberana, não atendendo, portanto, a nenhuma limitação da ordem atualmente vigente".

As alterações feitas no texto da emenda enviada ao Congresso principalmente a supressão do artigo que permitiria à Constituinte, abolir a Federação e a República — foram elogiadas pelo presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, mas o líder do governo, deputado Pimenta da Veiga, acha que esse dispositivo poderia ter sido mantido.

"Os defensores da monarquia não devem ter gostado da supressão. Agora vai ser difícil restaurar a monarquia" — observou Pimenta, ironicamente.

A mudança na data da instalação da Constituinte, de 1º de fevereiro para 31 de janeiro de 1987 foi justificada pelo líder Pimenta da Veiga para não coincidir com a eleição das Mesas da Câmara e do Senado — a 1º de fevereiro, pela Constituição em vigor. O novo Congresso apenas a instalará, voltando ao recesso até 1º de março. No mês de fevereiro de 1987 funcionará apenas a Constituinte. Ulysses Guimarães previu ainda que serão necessários pelo menos 10 dias para discutir e aprovar o 22º regimento interno.

Comissão: Lyra explica

Ao receber em seu gabinete o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Hermann Assis Baeta, o ministro Fernando Lyra, da Justiça, confirmou que a comissão constitucional que vai elaborar o anteprojeto de Constituição será criada na próxima semana, sob a presidência do ex-ministro Afonso Arinos de Melo Franco. Segundo o ministro, o esboço será dirigido à sociedade brasileira e não ao Congresso, com o que tentou convencer Baeta de que a proposta da OAB de realizar duas eleições no mesmo ano — uma no início para eleger a Constituinte e outra em novembro para eleger o Congresso — é irreal, a não ser que haja ruptura do Congresso.

No Rio, o governador Leonel Brizola criticou a mensagem de Sarney, comparando-a com a Constituinte de 1934, que acabou outorgando um mandato indireto de mais quatro anos ao presidente Getúlio Vargas. Brizola frisou que em 34 o governo era provisório e ilegítimo, e conseguiu presidir a Constituinte. Na visita que fez à Assembléia Legislativa, Brizola voltou a defender a realização simultânea da eleição da Constituinte, e a eleição para a escolha do novo presidente da República, em 1986, lembrando que em 34 foi feito o mesmo.

Pacto: Montoro sugere uma "frente de governadores". De novo.

O pacto político, também denominado de nacional foi o tema básico da conversa reservada entre o presidente José Sarney e o governador Franco Montoro anteontem à noite, no Palácio dos Bandeirantes. Ao final do encontro, que durou cerca de 20 minutos em uma pequena biblioteca da ala residencial, as portas foram abertas para mais dois participantes: o secretário do Planejamento, José Serra, e o secretário de Governo, Luiz Carlos Bresser Pereira, para uma troca de ideias sobre assuntos administrativos.

A essência do encontro entre Sarney e Montoro foi a discussão de como se buscar o consenso em torno da ação do governo. O presidente da República está convencido de que para se implementar qualquer mudança no Brasil é necessário o consenso. E foi nessa perspectiva que acabou sendo retomada a proposta de uma nova articulação de governadores, que dariam apoio a Sarney: enquanto o presidente busca reunir apoio à sua proposta de pacto político com as lideranças partidárias, Montoro tentaria articular e unir os governadores dos Estados com o mesmo objetivo, segundo informaram três assessores do Palácio dos Bandeirantes.

A proposta de articular-se uma "Frente de Governadores", para prestar solidariedade ao presidente da República não é nova. Montoro teve essa intenção e chegou a defendê-la quando o ex-presidente Tancredo Neves estava hospitalizado. Naquela situação duvidou-se de que Sarney teria todo o respaldo político que necessitava para assumir de fato a Presidência. Agora, Montoro retoma a proposta, procurando ampliá-la. Segundo ainda informações do Palácio, o apoio dos governadores seria tentado em torno de dois pontos básicos: a Constituinte e a dívida externa.

A estratégia

Acredita-se que a Constituinte é uma boa ideia para se criar consenso porque não existe, pelo que se sabe, alguém que discorde de sua necessidade, na área política. Quanto à dívida externa, a intenção "é primeiro crescer, para, com base nesse crescimento, estabelecer como será a forma de pagamento", revelou um assessor.

Além da Constituinte e da dívida externa, as realizações políticas do governo Sarney deverão ser usadas para dar respaldo a essa articulação. São elas: as eleições diretas para presidente e para prefeitos das capitais, o plano de reforma agrária, a nova lei de greve, a legalização dos partidos clandestinos, e a lei eleitoral, entre outras.

O resultado da conversa, segundo acentuaram algumas fontes, acabou transparecendo no discurso de Montoro feito pouco tempo depois no Teatro Sérgio Cardoso, na solenidade de entrega do troféu Juca Pato, de intelectual do ano, ao senador Fernando Henrique Cardoso. No discurso foi aberto, o que classificaram de "sinal verde" para essa articulação.

Montoro mencionou o assunto de forma sutil dizendo que existe "algo novo que nos levará à reflexão sobre os rumos do nosso país". Frisou que a grande tarefa de todos neste momento é a construção da democracia depois do final de uma ditadura derrubada pelo povo. "É preciso crer e valorizar a democracia", repetiu várias vezes, enumerando valores básicos da "mudança democrática".

Montoro citou a maioria dos atos do governo Sarney que fazem

parte da "mudança democrática". Falou do fim do Colégio Eleitoral, das eleições presidenciais, da liberdade sindical e dos sindicalistas que não foram punidos depois das greves, dando ênfase especial à questão econômica.

— A luta pela independência nacional, pela nossa soberania é a luta anticolonialista no campo das finanças, da economia e da cultura.

Por diversas vezes afirmou que era preciso construir "a democracia brasileira". E em uma clara referência à posição que se pretende tomar frente à dívida externa, aconselhou: "Não proclamamos de ótica da democracia europeia ou americana e outras importações do Exterior. Vamos construir a nossa democracia".

Reivindicações administrativas

A segunda parte da reunião, no Palácio dos Bandeirantes, já com a participação de Bresser Pereira e José Serra, foi dedicada ao tratamento dos temas administrativos.

Foi comentado que o orçamento do BNDES é insuficiente para cobrir o programa de várias obras, entre elas a do Metrô. O governo do Estado alertou para o fato de que se não houver liberação de verbas adicionais as obras do Metrô serão paralisadas em setembro ou outubro.

Outro problema colocado a Sarney foi a situação das instituições financeiras estaduais. O presidente, então, autorizou o governo do Estado a emitir 50 milhões de ORTP — Obrigações Reajustáveis do Tesouro Paulista — para anular a situação dos organismos financeiros estaduais. Segundo uma fonte do governo paulista, a emissão não irá aumentar o déficit público porque ela servirá para que as empresas de economia mista e estatais paguem o que devem à Caixa Econômica, ao Badesp e Banesp, entre outros credores.

Apoio e surpresa

Em audiência que manteve ontem com o ministro da Justiça por quase uma hora, o secretário-geral do Partido Comunista do Brasil (PC do B), João Amazonas, afirmou que o seu partido apoia o pacto proposto por Sarney. Sugeriu, na ocasião, que o pacto nacional tenha pontos concretos como a consolidação da democracia, pois a vitória alcançada pelo povo "não pode ficar no meio do caminho", disse. Sobre a dívida externa, Amazonas propôs a suspensão do pagamento e o congelamento dos juros para que o Brasil possa enfrentar as dificuldades mais prementes.

Até mesmo assessores mais íntimos do presidente José Sarney foram pegos de surpresa ontem, ao ler nos jornais a notícia de que o presidente pretende formalizar o pacto nacional num documento escrito, reunindo as assinaturas de deputados e senadores e personalidades destacadas dos diversos segmentos representativos da sociedade brasileira.

O principal obstáculo estaria justamente na dificuldade de identificar-se quem fala por quem nestes vários grupos sociais, restando ainda uma maioria silenciosa sem condições de se fazer representar na mesa de negociações em torno das medidas e fórmulas capazes de resolver as graves dificuldades nacionais. Os mesmos assessores lembram que os bóias-frias não estarão presentes nos entendimentos, mas suas reivindicações chegarão até o governo "através de ondas sucessivas", acreditam.

Vera Cecília Dantas